

A MOBILIDADE ACADÊMICA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: APOIO AO MERCOSUL OU EUROPEIZAÇÃO?

Verônica de Lourdes Pieto de Oliveira

Resumo: O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa, cujo objetivo era analisar um projeto de mobilidade acadêmica regional, cofinanciado pela União Europeia (UE). Ao analisar tal projeto se deparou com a necessidade de conhecer as políticas para o desenvolvimento da mobilidade acadêmica na UE e no Mercosul, fazer uma comparação entre elas e compreender quais são as intenções da UE em financiar projetos no Mercosul. Observou-se que o Mercosul desde o princípio buscou apoio junto à UE e aceitou sem resistências sua ajuda para desenvolvimento de políticas educacionais na região. A UE, por sua vez, tem a intenção de ser a sociedade do conhecimento e se colocar como modelo para as demais regiões do mundo, aproveitando o espaço cedido pelo Mercosul para consolidar seus anseios na região.

Palavras-chaves: Integração universitária. Política educacional. Mercosul.

I. Introdução

A globalização começou a se intensificar na década de 70 e acelerou-se a partir da década de 80 com a busca de novos mercados e o desenvolvimento de novas tecnologias. Com alcance amplo, seria ingenuidade pensar que esse fenômeno ficaria restrito ao âmbito econômico-financeiro, não envolvendo de modo abrangente e incisivo os campos sociais, da cultura, da ciência e do conhecimento (SGUISSARDI, 2005). A educação sofreu as consequências desse fenômeno, passando a ganhar centralidade nas discussões acerca do desenvolvimento e da preparação para o trabalho, novas tecnologias foram introduzidas no processo educativo, reformas educativas muito similares foram implantadas na maioria dos países, além da transformação da educação em objeto de interesse do grande capital, vendo-a como passível de comercialização (OLIVERIRA, 2009).

Além das consequências acima, que também refletiram no ensino superior, esse ainda passou a ser visto como importante para impulsionar a integração entre os países que compõem um bloco regional. Assim, políticas supranacionais de integração universitária regional foram desenvolvidas a fim de estimular a integração entre os países de um bloco, tanto na União Europeia (UE), quanto no Mercosul.

Na UE inicialmente foi implementado o Programa *Erasmus* para a promoção da mobilidade dos estudantes da educação superior, o qual se mantém ativo até hoje. No Mercosul, políticas com o mesmo objetivo vem sendo implementadas, algumas delas com o apoio financeiro da UE.

Uma das políticas supranacionais implementadas no Mercosul com o apoio da UE foi o *Proyeto de Apoyo al Programa de Movilidad MERCOSUR en Educación Superior* (PMM),

o qual contou com um aporte financeiro de quatro mil euros, sendo que 75% desse valor foi financiado pela UE e 25% pelo Mercosul.

Ao estudar o PMM sentiu-se a necessidade de conhecer as principais políticas de mobilidade acadêmica da UE e do Mercosul, detectar as semelhanças entre elas e verificar se as políticas *mercosulinas* sofrem influências da UE, visando atender aos interesses dessa. Assim, dedicou-se à pesquisa com consulta a documentos e a sites oficiais da União Europeia (UE) e do Mercosul e à literatura da área, resultando no presente trabalho.

II. A educação superior na União Europeia: competitividade e atratividade

Desde o início da construção da UE, nos anos de 1950, a educação foi vista com importância, sendo que até o início de 1990 o projeto de educação superior da UE era quase inteiramente orientado para o interior do bloco, a internacionalização de programas de estudos, currículos, mobilidade estudantil e trajetórias de carreira da pesquisa foi essencialmente orientada para os parceiros europeus e os processos de europeização (ROBERTSON, 2009).

Foi nesse período que se instituiu as reuniões regulares dos ministros europeus de educação e foi estabelecido o programa *Erasmus*, visando facilitar a circulação de estudante e professores entre universidades dos Estados-membros, tudo com objetivo de produzir cidadãos com visão europeia engajados com a comunidade em expansão e comprometidos com o conceito de cultura e valores europeus (*Ibidem*), ou seja, almejava-se a constituição de uma cidadania e de uma consciência à região europeia, como era pretendido com o PMM.

O *Erasmus* foi instituído oficialmente em 1987 como programa para a cooperação interuniversitária entre os doze países que formavam a Comunidade Europeia. Em seu âmbito foi criado o “Sistema Europeu de Transferência de Créditos” (ECTS) para a promoção e o reconhecimento acadêmico dos estudos realizados no exterior, visto como condição prévia para a criação de um espaço europeu aberto em matéria de educação e formação, bem como de promoção de mobilidade de estudantes e professores (COMISSÃO EUROPEIA, 1998).

Em 1992 foi instituída a “União” pelo Tratado de Maastricht, a qual reconheceu o papel direto da União Europeia em matéria de educação (ROBERTSON, 2009). Ante a isto, a

Comissão se movimentou por meio de avaliações internas e de elaboração de novos planos para melhor explorar as oportunidades geradas por tal reconhecimento.

Em 1994 foi instituído o programa de ação comunitária “Sócrates”, destinado para o período de janeiro de 1995 a dezembro de 1999, cujo objetivo era contribuir para o desenvolvimento de uma educação e de uma formação de qualidade e, ainda, de um espaço aberto europeu para a educação (UNIÃO EUROPEIA, 1998), sendo criado [...] na lógica do Tratado de Maastricht e que representava a ampliação do *Erasmus* [...] (VERHINE e FREITAS, 2012, p. 30).

A primeira fase do Sócrates compreendeu três domínios de ação comunitária: Ensino superior, ensino básico e secundário, atividades transversais nos domínios da aprendizagem linguística do ensino e da educação aberta e à distância e da informação (UNIÃO EUROPEIA, 1998), estando entre seus objetivos o desenvolvimento da dimensão europeia nos estudos de todos os níveis, a fim de consolidar o espírito de cidadania europeia apoiando-se no patrimônio cultural dos Estados-membros; a promoção do conhecimento das línguas da Comunidade, reforçando a compreensão e a solidariedade entre os povos que formam a União Europeia; o fomento à mobilidade de professores e estudantes; e o incentivo ao reconhecimento acadêmico dos diplomas e dos períodos de estudo (*Ibidem*), tendo como uma das ações a promoção da dimensão europeia nos estabelecimentos de ensino superior, o incentivo à mobilidade dos estudantes universitários e financiamento de bolsas *Erasmus*.

Na sua segunda fase, para o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2006, o programa Sócrates concentrou-se em reforçar a dimensão europeia na educação em todos os níveis de ensino, em melhorar o conhecimento de línguas na União Europeia, em promover a cooperação e a mobilidade em todos os domínios da educação e em fomentar a inovação na educação (COMISSÃO EUROPEIA, 2000).

Em de janeiro de 2007, e estipulado para sete anos (2007-2013), deu-se início a execução ao Programa da Aprendizagem ao Longo da Vida, cujo objetivo era promover, em particular, os intercâmbios, a cooperação e a mobilidade entre os sistemas de ensino e formação na Comunidade, a fim de que estes passassem a constituir uma referência mundial de qualidade. Nesse Programa era previsto a criação de um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida (COMISSÃO EUROPEIA, 2006). Durante sua vigência a Europa atravessou por um período de crise, em resposta foi lançada a Estratégia Europa 2020, na qual era almejado um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (COMISSÃO EUROPEIA, 2010).

No documento da Estratégia 2020 demonstrou-se a preocupação com a crise e com os desafios que deveriam ser enfrentados, entre eles o envelhecimento da população, a concorrência com economias mais desenvolvidas e emergentes, como as da Índia e da China, o clima e os recursos financeiros. Foi apresentada também uma estratégia para a superação dos problemas apontados e para a conquista de uma economia estável e sustentável, ressaltando que, para alcançar tais objetivos, a UE e seus membros deveriam atuar em diversas áreas, entre elas a da inovação, a da educação, a da formação, a da qualificação, a do emprego e a da competitividade.

As ações para a educação, no âmbito do documento referido, centraram-se na preocupação com uma educação e uma formação competitiva para atender ao mercado e fazer frente às consequências da globalização. Motivos que levaram a UE a apostar numa proposta planejada, que visava colocar e manter a Europa no rumo do crescimento, e que esse fosse inteligente, sustentável e inclusivo. Em uma de suas iniciativas emblemáticas, “Juventude em movimento” objetivava melhorar o desempenho e a capacidade da atração internacional das instituições de ensino superior europeias e a qualidade global de todos os níveis de ensino e formação na UE (*Ibidem*).

As políticas da UE, a partir de 2002, passaram a ser desenvolvidas dentro do que se convencionou a chamar de “Estratégia de Lisboa”, a qual foi elaborada em 2000 e ambicionava uma economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo. No Programa de Trabalho Pormenorizado Sobre o Seguimento dos Objetivos dos Sistemas de Educação e de Formação na Europa, resultado dessa Estratégia, a mobilidade e o intercâmbio foram tidos como importantes para a realização das metas de Lisboa, por contribuírem para o sentimento de pertença à Europa e para a emergência de uma cidadania europeia, além de “[...] promover a nível mundial a presença e o reconhecimento da educação e da formação europeias, assim como seu interesse para estudantes, acadêmicos e investigadores originários de outras partes do mundo” (COMISSÃO EUROPEIA, 2002, p. 30), então era preciso fomentar a mobilidade e facilitar o reconhecimento de créditos cursados fora.

A Estratégia de Lisboa foi demandada por líderes da União Europeia enquanto estrutura política supranacional, adotando um plano de ação e de desenvolvimento fortemente marcado por conceitos econômicos (CACHAPUZ, 2009). Essa Estratégia “[...] confirmou uma pretensão neoliberal da contribuição da educação superior para o bem-estar econômico da região: a construção e a retenção de capital humano [...]” (ROBERTSON, 2009, p. 410)

visando suas contribuições para a pesquisa e a inovação, além da preparação de mão-de-obra qualificada para seus setores produtivos.

Antes do lançamento da Estratégia de Lisboa iniciou-se um movimento de convergência do ensino superior na Europa, o qual acompanhou paralelamente a Agenda de Lisboa 2000 para a educação superior (ROBERTSON, 2009, p. 410). Porém, diferentemente da Estratégia de Lisboa, que foi criada a partir da iniciativa do Conselho Europeu, ou seja, dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, se caracterizando como uma política da União Europeia, o que ficou conhecido como o Processo de Bolonha, surgiu da iniciativa de ministros de educação de alguns países europeus e alinhou-se aos anseios da UE.

Esse importante movimento de regulação supranacional em nível de educação superior originou-se em 1998 com a subscrição, pelos Ministros de Educação da Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália, da “Declaração conjunta sobre harmonização da arquitetura do sistema de educação europeu” e se oficializou com a Declaração de Bolonha em de 1999, na qual foi definido o conjunto de etapas e os caminhos a serem seguidos pelos sistemas de ensino superior europeu no sentido de se construir um espaço europeu de ensino superior (EEES), globalmente harmonizado, até o ano de 2010.

Esse processo é “[...] um acordo internacional voluntário, situado fora do quadro de governança da União Europeia, apesar de ser em grande parte impulsionado por interesses dela [...]” (ROBERTSON, 2009, p. 410). Atualmente 48 países já aderiram ao Processo de Bolonha, membros e não-membros da UE, assumindo contornos continental.

Esse processo não se trata de apenas um tratado intergovernamental, mas sim se desenvolve dentro de um expediente de vários documentos nos quais “[...] os ministros responsáveis pelo ensino superior se comprometem a tomar determinadas medidas na área de sua competência ou forçar desenvolvimentos já iniciados [...]” (ERICHSEN, 2007, p. 26), porém estes documentos não têm forças suficientes para alterar a estrutura jurídica dos sistemas nacionais dos países signatários, restando a cada país a faculdade de implantá-lo e adotar as medidas cabíveis e necessárias para acompanhá-lo, imprimindo ao Processo diferentes ritmos dentro dos países signatários do acordo.

Como visto as políticas educacionais na UE, especificamente do ensino superior, inicialmente priorizavam a circulação de recursos humanos dentro do bloco e o aprendizado de mais um idioma falado na região pelos cidadãos dos países que a compõe, visando superar as diversidades entre os povos e criar uma cidadania europeia. Posteriormente começou a

considerar também a circulação de estudantes de outras regiões do mundo em suas universidades, a divulgação do modelo europeu universitário, além de intensificar formação e a inovação tecnológica para atender aos anseios empresariais.

III - A educação superior no Mercosul: a busca da integração universitária

A educação não foi expressa no Tratado de Assunção, mas por ser essencial ao processo de integração não poderia ser ignorada junto às discussões do bloco. Assim, logo após a instituição do Mercosul foi estabelecida a Reunião de Ministros da Educação do Mercosul (RME), concomitante à RME foi criado o espaço para a coordenação de políticas educacionais, o Setor Educacional do Mercosul (SEM), o qual comporta quatro Comissões Regionais Coordenadoras, entre elas a da educação superior (CRC-ES), cujas ações são conduzidas por três eixos temáticos: Acreditação, Mobilidade e Cooperação interinstitucional.

Todas as ações desenvolvidas no âmbito do SEM são norteados por seus planos de ações. O primeiro plano de ação compreendeu o período de 1991 a 1994, sendo prorrogado até junho de 1998 pelo Protocolo de Ouro Preto. O segundo compreendeu o período de 1998 a 2000, o terceiro de 2000 a 2005, o quarto de 2005 a 2010 e o último de 2010 a 2015.

O primeiro o Plano Trienal do SEM apresentou três Programas: o primeiro destinado a formação de uma consciência cidadã favorável ao processo de integração, com a finalidade de promover o conhecimento do impacto da integração, difundir essa informação nos diferentes níveis do sistema educativo e implementar o ensino do Espanhol e do Português em instituições do sistema educativo; o segundo visava a capacitação de recursos humanos para contribuir com o desenvolvimento, objetivando promover estratégias de desenvolvimento educativo para todos os níveis de ensino e da formação técnico-profissional; o terceiro pretendia a compatibilização e harmonização dos sistemas educativos, para isto buscava a proposição de mecanismos jurídicos, administrativos e acadêmicos que possibilitassem a compatibilização dos sistemas educativos e o estabelecimento de um sistema de informação em rede que permitisse conhecer os dados educativos relevantes dos Estados Partes (MERCOSUL, 1992a).

No âmbito desse plano iniciou-se o processo de um sistema de acreditação de cursos de graduação com o fim de implementar o Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do Mercosul,

Bolívia e Chile (MEXA), resultando, em 2008, no Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação (ARCU-SUL) (MERCOSUL, 2008).

No ano de 1996 foi aprovado o “Documento Mercosul 2000: Desafios e Metas para o Setor Educacional”, o qual priorizou as áreas de renovação educacional, avaliação educacional, cooperação interuniversitária, sistema de informação, educação e trabalho e temas transversais, visando orientar os trabalhos do SEM no período de 1997-2000, definindo as áreas prioritárias para concentração de recursos e esforços para o período (MERCOSUL, 2001). Nesse documento objetivou-se o fortalecimento da atividade universitária na região para impulsionar a geração de novos conhecimentos e a formação de recursos humanos no quadro da integração regional, a promoção da vinculação entre os sistemas de formação e o mundo do trabalho e a formação de uma consciência favorável ao processo de integração cultural e social (*Ibidem*). Ações com essas intenções já eram desenvolvidas na Comunidade Europeia.

No período de vigência do Documento Mercosul 2000 foi aprovado o Segundo Plano Trienal do SEM, no qual declarou-se que “[...] desde sua criação o MERCOSUL conferiu grande relevância à educação como fator de integração e, conseqüentemente, como peça chave para a consolidação e projeção da união aduaneira que começava a construir [...]” (MERCOSUL, 1998, p. 2), ressaltando a importância da educação para a integração e o desenvolvimento da região, assim como se considerou na UE.

Entre o conjunto de estratégias adotado para o desenvolvimento das atividades dos programas e projetos do referido Plano, estava o “[...] fomento da cooperação horizontal entre os países e instituições da região e com outros blocos regionais (e) ações que favoreçam a mobilidade de estudantes, acadêmicos e pesquisadores e o intercâmbio de experiências e práticas laborais” (*Ibidem*, p. 5). Aqui podemos visualizar alguns ventos soprando em direção à construção de um programa de mobilidade com o apoio da UE.

Interessante, também nesse Plano, é o reconhecimento do SEM em relação à importância da educação para a competitividade da região no cenário mundial. Em sua primeira parte, na qual traz os termos de referência para a definição do plano, diz que

[...] o Setor Educacional do MERCOSUL reconhece que o poder de concorrência de um país ou bloco de países no mercado, imposto pela globalização da economia, vê-se cada vez mais determinado pela qualidade dos recursos humanos, pelo conhecimento, a ciência e a tecnologia aplicada aos métodos de produção, e menos pela disponibilidade de mão-de-obra barata e pela existência de recursos naturais. (MERCOSUL, 1998, p. 2)

Um despertar para a realidade que norteia o mundo da economia globalizada, no qual para competir é necessário investir em capital intelectual, pois um dos aspectos mais relevantes da globalização “[...] é a grande mudança ocorrida na economia, que consiste na passagem do valor econômico do material para o imaterial. O objeto físico perde valor ante o capital intelectual dado a capacidade de produzir riquezas [...]” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 48), o que justifica a centralidade da educação superior no capitalismo reestruturado global.

O Terceiro Plano do SEM, agora com a vigência ampliada para cinco anos (2001-2005), declarou que o SEM enfrentava o desafio de contribuir para a consolidação da integração regional, promovendo as condições que favorecessem uma integração econômica, social e cultural, sustentada na horizontalidade, na reciprocidade e na solidariedade, e que essa integração somente seria válida na medida em que permitisse aos países reverterem as desigualdades na região, sendo a educação uma ferramenta essencial para a construção das condições favoráveis à realização dessa aspiração (MERCOSUL, 2001). A partir dessa realidade o SEM identificou e assumiu como desafios questões relacionada a todos os níveis de educação e apontou que no ensino superior

[...] uno de los mayores desafíos es generar y difundir conocimiento que contribuya a la construcción de una sociedad justa y al desarrollo de la región [...] (MERCOSUR, 2001, p. 4.).

Então, estratégias foram traçadas no intuito de criar um espaço acadêmico comum de ensino superior em nível de Mercosul, centrando-as em três blocos temáticos: acreditação, mobilidade e cooperação interinstitucional, tendo como metas colocar em funcionamento o Mecanismo Experimental de Acreditação (MEXA) para os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia e Medicina, além de ampliá-lo a outros cursos; aprovar o Acordo de Acreditação de Cursos de Graduação; aprovar um acordo de mobilidade e colocá-lo em funcionamento, além de eliminar as restrições legais que impedem sua implantação; e aprovar um Acordo de Reconhecimento de Títulos de Nível Superior (*Ibidem*). Observamos que uma dessas metas seguiu rumo à construção do PMM.

No quarto Plano, para o período de 2006-2010, foi declarado que o SEM tinha como missão conformar um espaço comum de educação e, para isso, deveria estimular a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional (MERCOSUR, 2006).

Nota-se a ênfase no estímulo à mobilidade e a formação de uma identidade e de uma cidadania regional, isso impulsionou a criação do Programa MARCA, o primeiro programa de mobilidade de graduação no âmbito do SEM, o qual é limitado aos cursos acreditados no Sistema ARCU-SUL.

No último plano destacou-se que o SEM havia avançado nas suas relações com outros blocos e organismos internacionais, ressaltando a assinatura do primeiro acordo com a UE para criação de um programa de mobilidade, ou seja, o PMM e, ainda, que se encontrava em processo a aprovação um programa específico para a área de formação docente, o Programa de Apoio do Setor Educacional do Mercosul (PASEM) (MERCOSUL, 2011).

Em relação à acreditação, criou-se, a partir do MEXA, o sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários MERCOSUL (Arcu-Sul), com a adesão de sete países e para sete áreas, ampliando às áreas beneficiadas.

Um dos objetivos desse plano era organizar um sistema de mobilidade englobando e articulando os diferentes programas existentes, com foco na cooperação e na internacionalização (MERCOSUL, 2011), resultando disso, no final de 2012, a criação do Sistema Integrado de Mobilidade do Mercosul, o SIMERCOSUL, sistema ainda não implantado.

Uma das pretensões que se tinha com o PMM era que, ao final, o Mercosul contasse com um programa englobando tanto os cursos acreditados, quanto os não acreditados, prevendo a continuidade e a ampliação do programa iniciado. No SIMERCOSUL foi previsto semelhante objetivo, visto que com ele é pretendido ter-se um programa que abarque tanto os cursos acreditados, quanto os não acreditados, bem como a pesquisa (MERCOSUL, 2012). Contudo, a Decisão de sua criação não menciona o Projeto PMM em suas considerações, referindo-se apenas ao Plano de Ação 2010-2015 e ao Programa Marca, mas o PMM e o SIMERCOSUL coincidem no tempo e nos objetivos, porém não se pode afirmar que esse foi influenciado pela UE por meio do PMM.

Foi observado na análise dos documentos do SEM uma contínua intenção de se estabelecer parcerias com a UE, o que torna as ajudas ofertadas pela UE bem aceitas pelas autoridades *mercosulinas*. Essas ajudas constituem-se em vias de transferência da agenda europeia em questões de educação superior para a região, levando ao que Azevedo (2012) denominou de fenômeno de “europeização” do processo de integração no Mercosul.

A europeização não é só o efeito do projeto europeu de estender sua influência para as outras partes do mundo, esse fenômeno também é “[...] bem recebido pelas autoridades do Mercosul e é mesmo parte do plano de integração dos países membros do Mercosul [...]” (*Ibidem*, p. 12). Assim, a transferência das agendas europeias para o Mercosul parece não sofrer resistências, influenciando nas políticas educacionais para a região e contribuindo para a realização dos anseios da UE.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que há semelhança entre as pretensões estabelecidas nos Planos de Ações do SEM ao que é desenvolvido na UE, em termos de Educação Superior, como as ações voltadas à mobilidade, à acreditação, aos idiomas, entre outras, buscando a integração universitária e a contribuição na promoção de uma identidade regional, e assim, a consolidação do bloco, além da formação e inovação, as quais possibilitam tornar a região mais forte e competitiva.

Contudo, a UE evoluiu nos seus anseios, almejando ser reconhecida como a sociedade do conhecimento, mais competitiva e mais atrativa do mundo e também se colocar como modelo de integração universitária para as outras regiões e vem desenvolvendo suas ações nessa perspectiva. O Mercosul, por sua vez, ainda tenta ultrapassar as barreiras para a construção de uma integração regional universitária e criar um espaço regional de educação superior. Para isso tem aceitado o apoio da UE, o que vem auxiliá-la na concretização de exportar o seu modelo de educação superior e ser influente nas outras regiões.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Elizabeth. *Mercosul e União Européia: estrutura jurídico-institucional*. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A convergência de políticas para a educação superior no Mercosul: integração ou europeização? *XX Seminário do Universitas*, João Pessoa, 2012.

CACHAPUZ, António Francisco. A construção do espaço europeu de ensino superior: um case study da globalização. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 16, n. 2, Passo Fundo, p. 123-134, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/article/view/>

2220/1435>. Acesso em 21.07.2013.

COMISSÃO EUROPEIA. Decisão n.º 819/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. Cria o Programa de acção comunitário Sócrates. Bruxelas, 1995.

_____. Sistema Europeu de Transferência de Créditos: manual do utilizador do ECTS. Bruxelas, 1998.

_____. DECISÃO N.º 253/2000/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. Cria a segunda fase do programa de acção comunitário em matéria de educação Sócrates. Bruxelas, 2000.

_____. Educação e Formação na Europa: sistemas diferentes, objetivos comuns para 2010. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2002.

_____. DECISÃO 2006/1720/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. Estabelece um programa de ação no domínio da aprendizagem ao longo da vida. Estrasburgo, 2006.

_____. Comunicado da Comissão. Europa 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Bruxelas, 2010.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Memorando sobre Aprendizagem ao longo da vida. Bruxelas, 2000.

COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA . Decisão do Conselho de 15 de Junho de 1987. Estabelece o Programa ERASMUS. Luxemburgo, 1987.

COMUNIDADE EUROPEIA\ MERCOSUL. Convenio de Financiación entre la Comunidad Europea y el MERCOSUR: Apoyo al Programa de Movilidad MERCOSUR en Educación Superior. [s.l.], 2006.

DGES. Direcção-Geral do Ensino Superior. Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. O Processo de Bolonha. Portugal, 2008. Disponível em: <<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha>>. Acesso em 12/03/2013.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ERICHSEN, Hans-Uwe. Tendências europeias na graduação e na garantia da qualidade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan/jun. 2007, p. 22-49.

FERREIRA, Suely. A internacionalização da educação superior no contexto da mundialização do capital. *Diversia, Educación y Sociedad*, v. 1, p. 65-88, 2010. Disponível em: <<http://www.cidpa.cl/wp-content/uploads/2013/05/Revista-Diversia-03.pdf>>. Acesso em: 14.07.2011.

LIMA, Licínio Carlos; AZEVEDO, Mário Luís Neves; CATANI, Afrânio Mendes. O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação*, Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar., 2008.

MEC. Acreditação de Cursos no Sistema ARCU-SUL. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13454:acr>. Acesso em 20.12.2013.

MERCOSUL. Tratado de Assunção. Assunção, 1991a.

_____. CMC/DEC N° 7/91. Institui a Reunião de Ministro da Educação do Mercosul. Brasília, 1991b.

_____. Plano trienal para o setor de educação no contexto do MERCOSUL. Las Leñas, 1992a.

_____. RME/Acta N° 01/92. Ata da II Reunião de Ministros da Educação da República da Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai. Buenos Aires, 1992b.

_____. Protocolo de Ouro Preto. Ouro Preto, 1994. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/protocolo-de-ouro-preto-1>>. Acesso em 20.09.2011.

_____. Plano Trienal do Setor Educacional do MERCOSUL (1998-2000). Rio de Janeiro, 1998.

_____. Plano Estratégico do Setor Educacional do MERCOSUL (2001-2005). Montevideu, 2001.

_____. Plano do Setor Educacional do MERCOSUL (2006-2010). Montevideu, 2006.

_____. CMC/DEC. N° 17/08. Acordo sobre a criação e a implementação de um sistema de credenciamento de cursos de graduação para o reconhecimento regional da qualidade acadêmica dos respectivos diplomas no Mercosul e estados associados. San Miguel de Tucumán, 2008.

_____. Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul (2011-2015). Assunção, 2011.

_____. CMC/DEC. N° 36/12. Cria o SIMERCOSUL. Brasília, 2012.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da Educação Superior na União Européia. In: MOROSINI, Marília Costa. *MERCOSUL-MERCOSUR: políticas e ações universitárias*. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 47 – 64.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 30, n. 108, out. 2009, p. 739-760. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 17.06.2013.

PASEM. Programa de Apoio ao Setor Educacional do Mercosul, 2011. Disponível em: <<http://www.pasem.org/pt/>>. Acesso em 18.10.2013.

ROBERTSON, Susan Lee. O Processo de Bolonha da Europa Torna-se Global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? Tradução

Alfredo Macedo Gomes e Roderick Somerville Kay. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, set/dez, 2009, p. 407-600.

SEM. Instancias do Setor Educacional do Mercosul, Montevideu, 2012. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/pt-BR/mercosul-educacional/instancias.html>>. Acesso em 20.02.2013.

SGUISSARDI, Valdemar. Rumo à universidade mundial: e a universidade será feita à sua imagem e semelhança. *In*: SGUISSARDI, Valdemar. DAL PAI, Maria Estela. MORSINI, Marília Costa. *Internacionalização, gestão democrática e autonomia universitária em questão*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

VENTURA, Deyse de Freitas Lima. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri, SP: Manole, 2003.

VERHINE. Robert. FREITAS, Antônio Alberto da Silva Monteiro. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. *Revista Ensino Superior Unicamp*, Campinas, 2012, p. 16-39. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed07_outubro2012/ARTIGO_PRINCIPAL.pdf>. Acesso em 20.04.2013.